

Um trabalho de relação: observações sobre a história oral¹

PORTELLI, Alessandro²

Tradução: LUZ, Lila Cristina Xavier³

Resumo: No artigo Alessandro Portelli desenvolve uma reflexão simples sobre história oral, porém resgata aspectos interessantes sobre o tema, os quais nos ajuda a compreender a importância das fontes orais para a escrita da história. Nesse esforço, destaca ser a *entre/vista* a excelência para o recolhimento das narrativas orais.

Palavras-chave: História oral; entrevista; escrita da história.

1 – A expressão *historia oral* é uma espécie de taquigrafia, uma abreviação de uso para se referir àquilo que mais precisamente seria designado como *uso das fontes orais em historiografia* (BOSIO, 1975). Trata-se, na sua forma mais elementar, de acrescentar à infinidade de fontes das quais o historiador pode valer-se, também aquelas que são chamadas *testemunhos* transmitidos *oralmente* da parte dos protagonistas ou participantes dos eventos sobre os quais versa a pesquisa documentada pelo historiador. Neste sentido, o conceito de *fontes orais* distingue-se do de *tradição* oral: este último ocupa-se de registros verbais formalizados, transmitidos de uma geração a outra, compartilhados; enquanto as fontes orais são narrações individuais, não formalizadas, dialógicas (também se pode englobar elementos das formas tradicionais).

As fontes orais, como todas as outras, foram submetidas aos procedimentos normais da crítica historiográfica para terem sua autenticidade e utilidade aceitas, da mesma maneira que os documentos dos arquivos. A passagem das *fontes orais* à *história oral*, porém, implica transformações mais relevantes. Significa, de fato, tratar estas fontes não como material complementar, auxiliar, em relação às outras fontes mais “canônicas”, mas traçar sobre a centralidade das fontes orais outro tipo de trabalho historiográfico. De fato, o uso crítico das fontes orais implica procedimentos e atitudes diversas que derivam dos diversos processos de formação da fonte oral.

¹ Artigo publicado anteriormente em francês e em italiano, conforme as seguintes referências: Un travail de relation: quelques observations sur l'histoire orale. *Clio Revue domande et tessinoise sur les didactiques de l'histoire*. (Genève, CH), 4, 2004, 18-28. Un lavoro di relazione: osservazioni sulla storia orale. *Ricerche storiche salesiane*. 36, XIX (gennaio-giugno 2000), pp. 125-34.

² Professor de Língua e Cultura Inglesa na Faculdade de Língua e Filosofia da Universidade de Roma “La Sapienza” e Presidente do Circulo Gianni Bosio, para a memória e o conhecimento crítico da cultura popular.

³ Doutora em Serviço Social, professora no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí e do Mestrado em Sociologia. Coordenadora do NUPEC-Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens. E-mail: lilaxavier@hotmail.com

Diferentemente da maior parte dos documentos dos quais se vale a pesquisa histórica, as fontes orais não são achados do historiador, mas construídas em sua presença, com sua direta e determinante participação. Trata-se, então, de uma fonte relacional, em que a comunicação vem sob a forma de troca de olhar (*entre/vista*), de perguntas e de respostas, não necessariamente em uma só direção. A ordem do dia do historiador entrelaça-se com a ordem do dia do narrador: aquilo que o historiador deseja saber pode não coincidir inteiramente com aquilo que as pessoas entrevistadas desejariam contar. O resultado é que a agenda da pesquisa pode ser radicalmente transformada nesse encontro: comigo aconteceu sistematicamente de ter, não só que ampliar o âmbito da investigação, mas também transformar a ótica e o ponto de vista, graças ao impacto dos narradores. Por exemplo, saí para uma investigação sobre o movimento operário em Terni, para estudar o período de 1949 e 1953, e terminei escrevendo uma história da cidade que começava em 1831, porque muitos narradores insistiam em relacionar os acontecimentos que me interessavam com as origens de suas histórias familiares e de cidadão; e me convenci de que tinham razão (PORTELLI, 1985).⁴

E ainda mais: sobre o argumento da investigação, não se pode afirmar que as perguntas que o historiador tem em mente são aquelas pertinentes, ou todas aquelas pertinentes. Por isso, o trabalho com as fontes orais é em primeiro lugar uma *arte de escutar*, que é mais adequada à técnica da entrevista aberta. Muitas vezes, de fato, é apenas além do que os interlocutores pensam que estão os limites da entrevista e os termos da relevância histórica, que emergem os conhecimentos mais imprevisíveis. Durante minha investigação sobre a memória das Fossas

⁴ Sei que é de péssimo gosto citar a si mesmo, e fazer isto em abundância. Se o faço neste momento é porque os argumentos que proponho estão fundados, sobretudo, nas minhas experiências de pesquisa, e a recorrência às citações serve somente para assinalar os lugares em que falo de modo mais amplo e articulado com as experiências que aqui faço referência. Assinalo, não obstante, alguns textos que tratam sobre fontes orais: Paul Thompson, *The voice of the past: Oral History* (Oxford University Press, 1988); *The Oral Reader*, de Robert Perks e Alistair Thompson (London: Routledge, 1988), *Oral History. An Interdisciplinary Anthology*, 2ª edição, Altamira Press (Walnut Creek – London), 1996, de David Dunaway e Willa K. Baum; a revista *History, Antropologia y Fuente Oral*, publicada em Barcelona. Na Itália, destaco sobretudo Luisa Passerini, *Storia e soggettività. Le fonti orali, la memoria* (Florence: La Nuova Italia, 1985) e L'antologia, também sob a coordenação de Passerini, *Storia orale, Vita Quotidiana e cultura materiale delle classi subalterne*. (Torino: Rosenberg e Sellier, 1978), baseada em materiais ingleses e americanos, mas com uma interessante introdução teórica. Existe ainda uma coletânea de artigos sobre história oral na Itália, coordenada por Cesare Bermani, para as edições Odradek (Roma). Existe uma Associação Internacional de História Oral (e-mail: Alexander.von.Plato@Fernuni-Hagen.de) e está em formação uma Associação Italiana de História Oral (c/o Instituto Ernesto de Martino, via Defli Scardassieri, 46 – Sesto Fiorentino (Fi).

Ardeatinas⁵ em Roma, coloquei-me a pergunta sobre como os familiares dos mortos, sobretudo as mulheres, tinham elaborado o luto e conduzido suas vidas, depois do massacre. Foi, porém, só por acaso, com a entrevista enfim concluída, que escutei a história mais dolorosa. Tinha entrevistado Ada Pignotti, que há 23 anos havia perdido o marido e outros parentes nas Fossas Ardeatinas, e tinha me contado a sua vida, desde então até hoje. Para nós dois, o discurso estava praticamente concluído, estávamos mais ou menos jogando conversa fora, e ela falava-me das infinitas e humilhantes burocracias enfrentadas para obter uma mísera pensão concedida de má vontade. Depois deixou escapar e acrescentou: “porque, por onde se andava, se sabia que eu tinha perdido o marido, eu e as outras mulheres. Então, todos perguntavam o que queriam, faziam todo um discurso do modo deles, porque, quem sabe, uma de nós pudesse estar à disposição deles. Era uma mulher, não tinha mais o marido, então podia muito bem...” (PORTELLI, 1999, p. 289). À dor, ao luto, à pobreza — todos temas que me esperavam — se acrescentava agora esta ofensa quase não dita (como mostra a reticência da narradora) dos assédios sexuais aos quais estas viúvas foram submetidas.

Por sorte, seguindo um antigo conselho de Gianni Bosio, considerando concluída a entrevista, tinha deixado o gravador ligado: a arte de escutar se manifesta também em não dizer à entrevistada, com o simples gesto de desligar o gravador, que de agora em diante aquilo que dirá não nos interessa mais. O tema imprevisto dos assédios sexuais emergiu de forma imprevista na minha pesquisa, e eu tive como verificá-lo nas entrevistas seguintes. Ninguém tinha falado antes, e as próprias mulheres nunca tinham falado sequer entre elas, por duas razões: a primeira é que até bem pouco tempo, nem os historiadores nem mesmo os narradores consideravam que esta dimensão tão íntima pudesse constituir matéria de relevância historiográfica; em segundo lugar, porque ninguém nunca tinha perguntado sobre isto ou atribuído alguma importância ao assunto.

2 – Portanto, a história oral é uma arte, além da de escutar, de relação: da relação entre a pessoa entrevistada e a pessoa que entrevista (diálogo); a relação entre o presente sobre o qual se fala e o passado do qual se fala (memória); a relação entre o público e o privado, a autobiografia e a história; a relação entre oralidade (da fonte) e escrita (do historiador).

⁵ N. T.: Fossas Ardeatinas: cavernas localizadas no sul da cidade de Roma, próximas às catacumbas da Via Appia.

Vamos partir da primeira. Uma jovem pesquisadora que está desenvolvendo um projeto de pesquisa sobre a experiência das mulheres que tinham se submetido a uma cirurgia de tumor no seio, contou-me da entrevista com uma anciã, viúva há pouco tempo, que haviam conversado sobre tudo, menos sobre o tema da entrevista, misturando a defesa da própria intimidade da entrevistada, com o desejo de saber da entrevistadora, com o desejo de contato tão importante para uma só pessoa. Somente por acaso (e com o gravador desligado) a entrevistadora mencionou que ela também tinha tido a mesma experiência. De repente, a relação mudou (“mas então és uma de nós”) se transformando as relações de autoridade: ao invés de se sentir submetida ao poder indagador da entrevistadora, a mulher reassumiu a sua autoridade geracional (“mas és uma garotinha!”). O conceito de entrevista como troca de olhar teve, repentinamente, uma drástica revisão e radicalização no momento em que as duas mulheres demonstraram terem vencido suas feridas⁶.

És uma de nós/és uma garotinha: um terreno comum sobre o qual se torna possível falar, mas também uma diversidade que dá sentido ao ato de fazê-lo. Seria um erro pensar que é só a similaridade que permite às pessoas entrevistadas exprimir-se, que funda a “confiança” sobre a qual se deveria fundar o diálogo. Por definição, de fato, uma troca de conhecimentos tem sentido somente se estes não são, *a priori*, compartilhados; se, em outras palavras, existe entre entrevistado e entrevistadora uma *diferença* que torna a troca significativa (neste caso, geracional).

Por exemplo, em uma pesquisa desenvolvida em 1990, com um grupo de estudantes sobre a memória histórica dos estudantes da minha faculdade, notei que, freqüentemente, o fato de que entrevistados e entrevistadores fossem a mesma figura social, acabava por interromper o diálogo (“por que me perguntas estas coisas? Já sabes!”), enquanto, em outras vezes, quando era eu quem os entrevistava, a diferença geracional entre professor entrevistador e estudante entrevistado acabava não colocando tanta dificuldade para os narradores, mas por dar-lhes o sentido de que tinham coisas para dizer a quem não sabia sobre elas (“mas o que sabem vocês professores do que pensam os estudantes?”), tornando, conseqüentemente, a entrevista significativa. (ARCIDIACONO *et al*, 1994). Talvez o

⁶ A pesquisa está em andamento e o material ainda não foi publicado, por isto não é possível fornecer maiores informações sobre suas protagonistas.

momento mais relevante da minha experiência de investigador tenha sido quando — eu europeu, branco, burguês, macho — uma mulher negra, americana, proletária, disse-me: “I don’t trust you,” não confio em você. E continuou por duas horas uma apaixonante e apaixonada narração explicando-me o porquê. (Portelli (1994). É o terreno comum que torna possível a comunicação, mas é a diferença que a torna comunicativa. E o terreno comum não deve necessariamente consistir em uma identidade comum (de classe, de gênero, de ideologia...), mas pode ser delimitado, ou seja, deve ser, principalmente pela disponibilidade da escuta recíproca, à recíproca aceitação (crítica enquanto fundada sobre a diferença). Em outras palavras: é a disponibilidade do historiador à escuta que institui dialogicamente a possibilidade do narrador de falar. E, naturalmente, é a disponibilidade do narrador de falar que permite ao historiador fazer seu trabalho.

3 – Passamos à segunda relação, aquela que ocorre entre o público e o privado. Uma das razões fundamentais pelas quais a história dos assédios sexuais nunca tinha emergido anteriormente era que vinha sendo percebida como experiência privada e por isso não pertinente à história. De fato, procuramos em vão suas marcas nas fontes históricas habituais, documentos de arquivo ou atos judiciais.

Portanto, as fontes orais contribuem para recolocar em discussão a distinção entre o que é histórica e o que não é. De um lado, existe a dificuldade de ambas as partes, no diálogo, saírem das grandes relevâncias pré-constituídas: o historiador se ressentido de se entrelaçar em territórios imprevistos da experiência do outro; e a dificuldade do narrador para reconhecer a importância das próprias experiências pessoais, entrelaça-se em um ciúme protetor, por temer ver coisas importantes para ele desvalorizadas por interlocutores que não reconhecem, nestas, autoridade ou relevância. Por isso, “não tenho nada para dizer” é um clássico preliminar das entrevistas, inclusive entre as pessoas que não apenas têm muito para narrar, mas que também perdem a vontade de fazê-lo, tendo somente medo de que sua preciosa narração seja desprezada.

Mesmo a relação entre o acontecimento pessoal que compõe a agenda do entrevistado e os acontecimentos históricos que compõem a agenda dos entrevistadores — a separação entre História e histórias, podemos dizer — é um dos motores do encontro dialógico da história oral. O argumento essencial da história oral é, enfim, a historicidade da experiência pessoal unida ao impacto pessoal dos acontecimentos históricos. Ou seja, como a história interferiu na vida do narrador

(por exemplo: os bombardeios, irrupções da história no próprio espaço doméstico) ou como se encontraram a História (por exemplo: as trincheiras da primeira guerra mundial, a campanha da Rússia na segunda ...) onde está a essência, o núcleo duro da história oral.

É um exemplo o trabalho sobre a memória das Fossas Ardeatinas: naquele lugar aconteceu tanto *um* massacre coletivo, quanto 335 assassinatos *individuais*. Na memória e no luto, entrelaçam-se, então, a dimensão pública da cerimônia e da comemoração, e a dimensão profundamente pessoal do luto privado. O contato freqüente entre a dimensão pública da cerimônia e a dimensão privada do luto pessoal gera dissonância: “Nós não dizemos ‘As Fossas Ardeatinas’; dizemos ‘fui levar flores para o papai...’”. Neste monumento público onde estão os túmulos dos familiares, “A pessoa não consegue nunca ficar sozinha”. (Relato de Giuseppina Ferola. In: Portelli, 1999, p. 316-17). Todavia, a dissonância não se traduz em incompatibilidade: é a própria memória pessoal dos familiares dos mortos que obstinadamente mantém viva a memória pública e impõe à cidade e às instituições o não esquecimento.

Não é casual que os exemplos que dei logo acima — os bombardeios, as trincheiras, a Rússia — referem-se todos à guerra, porque é onde emerge de modo mais dramático e memorável, o encontro entre o privado e a história (“papai, o que fez na guerra?”). É adequado que o marco zero da história oral, a partir da escola elementar, sejam as entrevistas das crianças com os avôs que fizeram parte da guerra (ou, em segundo plano, o serviço militar), e que seja quase impossível impedir a um entrevistado que foi à guerra de pôr-se a narrá-la. Mas, tudo isso trata de experiências, sobretudo, masculinas — e o que será das mulheres? Onde está para elas o encontro memorável com a esfera pública?

Enquanto trabalhava na pesquisa sobre Terni, havia dois tipos de narrações que emergiam *a priori* quando transcrevia as fitas: as histórias de guerra dos homens (pareciam-me muito previsíveis, e depois emergiam em outro lugar), e as histórias narradas pelas mulheres sobre quando acompanhavam os próprios familiares no hospital (que me pareciam bastante privadas, pouco “políticas”). Mas mesmo esta análoga exclusão conduziu minha atenção para estas narrativas femininas. Percebi que, assim como para os homens era a guerra e o serviço militar, para as mulheres era o hospital o lugar no qual, quando saíam de casa, se confrontavam com o sofrimento e com a morte, e, sobretudo, onde se misturavam

com a esfera pública — a organização, a tecnologia, a ciência, a burocracia, a autoridade, o Estado. Em outras palavras, as narrações das mulheres sobre o hospital eram a correspondência funcional das narrativas militares dos homens (sem esquecer, naturalmente, que muitas mulheres que vão à guerra vão mesmo para trabalhar nos hospitais). A diferença, porém, está no fato de que enquanto as narrativas de guerra referem-se a uma vivência, cuja relevância histórica é já reconhecida, as narrativas dos hospitais parecem sempre pertinentes apenas à esfera pessoal e familiar, e é somente por meio da insistência das narradoras que as contam e a analogia com narrações já canonizadas que percebemos os seus significados. Em outras palavras, as fontes orais não apenas nos permitem acessar a historicidade do privado, mas redesenhar a geografia da relação entre privado e público.

4 – A principal objeção às fontes orais por parte de uma historiografia metodologicamente conservadora sempre se fundou sobre questões de credibilidade: não se pode confiar nos narradores porque a memória e a subjetividade “distorcem” os fatos. Ora, o fato é que isto não acontece necessariamente (nem, por outro lado, podemos estar certos de que não existem distorções igualmente graves, por razões diferentes, nos documentos dos arquivos). Toda a historiografia oral mais atenta racionalizou exatamente o contrário: as fontes orais são importantes e fascinantes, sobretudo, precisamente *porque* não se limitam a “testemunhar” sobre os fatos, mas elaboram-nos e lhes atribuem os sentidos por meio do trabalho da memória e do filtro da linguagem.

Quando trabalhamos com as fontes orais, portanto, devemos ter agrupado três fatos distintos: um fato do passado, o acontecimento histórico; um fato do presente, isto é, a narração que é feita pelo entrevistado; e um fato de relação de duração, isto é, a relação que existe e que existiu entre estes dois fatos. Por isto, o trabalho do historiador oral inclui a historiografia em sentido estreito (a reconstrução do passado), a antropologia cultural, a psicologia individual, a crítica textual (a análise e interpretação da narrativa), e a aplicação da segunda à primeira. A história oral é, portanto, história dos acontecimentos, história da memória, e revisão dos acontecimentos através da memória.

De fato, a memória não é um mero depósito de dados da qual se pode recuperar informações, mas um processo em contínua elaboração no qual se pode estudar as diferentes modalidades (não se assemelha à “memória” de calculadora,

nem nunca tem o mesmo elaborador). Nas nossas discussões sobre a identidade da república e de revisionismo historiográfico, a história da memória torna-se igualmente significativa e necessária à história dos acontecimentos — que, depois, quando pensamos, tornam-se tais (ou são reconhecidos) somente por meio da obra de atribuição de sentidos operados pela memória selecionando alguns fatos no imenso e irregular acervo dos acontecimentos cotidianos.

Apresento dois exemplos. O primeiro, que depois me conduziu em direção à história oral, foi a casual descoberta do fato de que em Terni quase todos os narradores contavam um acontecimento traumático — o assassinato do operário Luigi Trastulli em 1949 durante uma manifestação contra o Pacto Atlântico — como se tal fato tivesse acontecido durante os confrontos ocorridos em 1953, depois de três mil licenciamentos na Indústria de Aço. Um caso a ser analisado em um manual de fundamentos da memória: documentos contemporâneos demonstravam que o acontecimento tinha ocorrido em 1949 e não em 1953. Então, por que este erro era assim tão difundido?

Indagar sobre as falsas recordações, em especial quando são tão compartilhadas, permite rever o significado do acontecimento recordado. Percebi, então, que a morte impune e sem reações de um dos seus companheiros de trabalho tinha constituído, para os operários ternianos (a grande maioria comunista e socialista), uma ferida insuportável: depois da Resistência, das vitórias eleitorais, do suor derramado na reconstrução das casas e das fábricas, pensavam que a cidade lhes pertencia e, pelo contrário, descobriram que o Estado podia matá-los sem conseqüências, que o poder estava em outro lugar e eles eram impotentes. Assim, em 1953, muitos deles saíram às praças, seja para defender seus postos de trabalho, seja para recuperar a dignidade e a auto-estima ferida pelo assassinato de Trastulli. Em outros termos: a história oral não nos servia ao certo para saber os fatos, mas sem as fontes não teríamos nos aproximado de seus significados no plano da subjetividade.⁷

⁷ Sobre o tema ver: A. Portelli, *L'uccisione di Luigi Trastulli: la memoria e l'evento* (Terni: amministrazione Provinciale, 1999); cf. Também A. Portelli, *The Death of Luigi Trastulli and other Stories. Form and Meaning in Oral Stories. Form and Meaning in Oral History* (Albany, New York: State of New York University Press, 1991). Uma citação pessoal sobre a seleção da memória. Eu, então, vivia em Terni, mas não tinha nenhuma lembrança daqueles acontecimentos (exceto lembrança de um vago sentido de perigo). Em compensação — percebi relendo os jornais da época — tinha ao contrário selecionado como significado outro acontecimento daqueles dias: o jogo entre Lazio-Napoli 0-4, o primeiro que me levaram para assistir ao estádio em Roma. Ora, em uma história pensada como mera lista de acontecimentos, todas as duas questões estão sobre o mesmo plano. É

O mesmo vale para outra falsa recordação da qual me ocupei recentemente: antes de proceder ao massacre das Fossas Ardeatinas, os nazistas teriam convidado, por meio de manifestos afixados na cidade, os partigianos⁸ que tinham concluído o ataque da Rua Rasella a se apresentarem de modo a evitar represálias. Como sempre se soube (ao final dos atos dos processos celebrativos dos aliados em 1945), isto nunca aconteceu; e, talvez por isto, nenhum historiador tenha se ocupado de outro fato que, ao contrário, aconteceu e acontece até hoje, isto é, esta persistente falsa recordação. Para tal falsa recordação, confluem muitos elementos: as distorções e as manipulações propagadas (de direita, mas também de alguns setores influentes católicos e de centro); o prejuízo ideológico que encontra mais satisfação em atribuir a culpa do massacre aos partigianos comunistas e não aos ocupantes nazistas; e, mais profundamente, a dificuldade para o imaginário comum reconhecer a lógica que conduziu os nazistas a punirem, assim sanguinariamente, a cidade, sem ao menos se preocuparem em procurar os “culpados”. Mas é somente estudando esta falsa memória, entrecruzando-a com a dinâmica dos fatos, que compreendemos o peso das Fossas Ardeatinas e de Rua Rasella no imaginário difuso: o erro, a invenção, o mal entendido, por fim a mentira, especialmente quando assumem características coletivas, tornam-se um precioso indicativo do trabalho realizado por aqueles importantes processos históricos que são a memória e o desejo.

5 – A memória não é apenas um ato, um processo, ou mesmo um teste e um repertório, mas também a própria narrativa. Como bem escreve o estudioso jesuíta Walter J. Ong, a oralidade não produz texto (J. ONG, 1982), mas *performances*: na oralidade não estamos de frente para um discurso concluído, mas para um discurso a realizar-se (para além, em forma dialógica, no caso da entrevista). Quando falamos de fontes orais, portanto, não deveremos usar substantivos, mas verbos — não memória, mas recordar; não narração, mas narrar. É também deste modo que podemos pensar as fontes orais, não como um documento sobre o passado, mas como um ato do presente.

o trabalho social da memória que atribui a um acontecimento um sentido mais pleno e intenso do que a outro.

⁸ N.T.: Partigianos (as) é a denominação atribuída aos homens e/ou mulheres que lutaram no movimento italiano de resistência ao nazifascismo durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Esse movimento agrupava diversas organizações políticas, sobretudo do Partido Comunista Italiano e os socialistas.

Quando observamos o ato e não somente ao seu produto, percebemos que lembrar e narrar são inteiramente influenciados pelo contexto histórico dos quadros sociais da memória (HALBWACHS, 1968), enfim, dos cálculos filtrados pelas responsabilidades individuais: é na mente do sujeito que se elabora a recordação, é por meio de sua palavra que ela vem comunicada. Portanto, a cada vez os narradores assumem a responsabilidade e o empenho pelos seus atos de palavras. Lembro um garoto hebreu que recusou um pão com presunto antes da entrevista dizendo “em outro momento o teria comido, mas esta é uma *mitzvah*” — um preceito, um dever. A palavra “testemunha”, tão inadequada sobre o plano historiográfico, reaparece, portanto, com um sentido muito mais próximo do religioso do que do jurídico: “Eu fiz uma promessa quando estava no campo [de Bergen Belsen], fiz uma promessa solene às minhas cinco companheiras Eu me rebelava, não sabia se devia praguejar contra Deus ou rogá-lo, dizia: Senhor salve-me, porque eu devo voltar a narrar” (PORTELLI, 1999, p. 16). Mas narrar depende também, como mostra a experiência de tantos sobreviventes dos campos de extermínio, da experiência de alguém que escuta: é importante considerar isto, para sustentar a responsabilidade do historiador como ouvinte face à dos narradores como testemunhas, ao dar sentido àquilo que fazemos.

6 – Por fim, a relação entre oralidade e escrita. A forma da *performance* do narrador é a da narração e do diálogo; a forma do texto escrito pelo historiador é a do ensaio e do monólogo. Torna-se, portanto, fundamental que, ao apresentar o resultado de um trabalho de história oral, se consiga deixar os rastros da origem dialógica e narrativa nos nossos materiais. Também por isto, e não por mero escrúpulo documentário, os historiadores orais usam citar mais amplamente as próprias fontes e fazer mais recurso a uma montagem do que em geral não faz a historiografia, ou também não o fazem as disciplinas que também falam do trabalho de campo, como a antropologia ou a sociologia.

Existe, ainda, outra coisa: a amplitude das citações procura salvar a polissemia e a abertura da forma narrativa, sempre sujeita a uma multiplicidade de interpretações, porque é inerentemente atravessada pela ambigüidade e pela complexidade: na distinção delineada por Auerbach entre a lógica de Atenas e a narratividade de Jerusalém, os historiadores orais estão mais próximos a Jerusalém, se não esquecerem a própria responsabilidade relacionada à Atenas. Por isto, não se negam a tarefa de interpretar as próprias fontes, mas ao se reportarem

amplamente a elas, oferecem a quem lê os materiais, por leitura integrativa ou alternativa, espaços também para a auto-interpretação dos narradores.

A oralidade, em resumo, não é simplesmente um veículo de informação, mas também um componente do seu significado. A forma dialógica e a forma narrativa que caracterizam as fontes orais culminam na densidade e na complexidade da linguagem, que já nos tons e nas inflexões exprimem a história e a identidade de quem fala, e entrelaçando e acumulando significados bem além das intenções e da consciência de quem narra.

Faço dois exemplos. Porém, refiro-me também à narrativa de Ada Pagnotti, acima mencionada, em que a forma verbal da reticência exprime um fato histórico-cultural importante, e isto é a relutância e a dificuldade em aceitar um tema tabu e privado. O primeiro refere-se à memória dos estudantes da minha faculdade, durante a ocupação de 1990. Um dos entrevistados contou que a primeira noite em que ficou responsável pela vigilância, fazendo ronda ao edifício, “paramos para olhar as estrelas que confundíamos com dois aviões [que giravam conjuntamente], não porque tínhamos visto estas duas estrelas que estavam sempre à mesma distância, parece que se moviam, porque na realidade tinha uma nuvem que se movia.” Somente mais tarde, olhando melhor, percebem que “aquilo não são dois aviões, são duas estrelas.” (CIABATTI, *apud* ARCIDIACONO *et al.*, 1994, p. 7). Para o narrador, o episódio era somente uma “história de loucura”, um sinal da escassa lucidez daqueles momentos. Mas não é difícil ver nesta nova percepção das coisas que se movem no céu, também a relação que existe na cultura de uma geração entre o imaginário tecnológico e a pulsão utópica, reproduzida, aliás, nos outros dois grandes símbolos daquele movimento — o tecnológico fax e a exótica pantera — e no seu equilíbrio incerto entre demanda por modernização e eficiência da instituição universitária, e utopia de sua transformação em uma comunidade de saber igualitária. Esta complexidade, porém, não vinha expressa de forma analítica, mas compreendida dentro de uma metáfora, nem plenamente controlada pelo narrador, mas totalmente cheia de sentido a ser relatado.

Outro exemplo diz respeito a experiência de uma pequena igreja fundamentalista de Harlan, Kentucky (PORTELLI, 1998). Harlan é um dos territórios mais pobres, marginalizados e ecologicamente massacrados dos Estados Unidos; os fiéis eram uma dezena de pessoas, quase todas em uniforme de trabalho. A maioria analfabeta ou semianalfabeta, em condições apenas de ler a Bíblia. Sobre o

altar ressalta uma frase: “There’s a better place to go,” — tem um lugar melhor para ir. Mais tarde, a pregadora laica Lydia Surgener explica que um cartão com estas palavras foi colocado no caixão de sua mãe. Existe nesta frase a essência de uma religiosidade emocional fundamentalista que despreza este mundo e coloca todas as expectativas em um mundo melhor. Depois, escuto o testemunho (em sentido religioso restrito) de outro fiel, irmão Miller, que fala das suas histórias de emigração e usa continuamente metáforas automobilísticas — e me veio à mente que “um lugar melhor” são também os lugares em que muitos deles emigraram à procura de outra vida, Chicago, Baltimore, Cincinnati. Lembrei-me que, na noite anterior, havia participado de uma reunião de famílias em que Lydia Surgener e seus parentes falavam da luta a ser conduzida contra a destruição das árvores e do patrimônio hidrogeológico das suas vilas — e, então, “um posto melhor” pode também ser mesmo em Harlan, transformado pelas suas ações sociais. Em suma, naquelas breves frases estão todas as alternativas que são oferecidas a estas pessoas: a religiosidade arcaica da resignação, a solução pessoal (mas de massa) da emigração, a modernidade radical da luta social. Também aqui, nem Lydia Surgener nem seus vizinhos e parentes formulariam esta idéia em termos analíticos e explícitos, como faço eu aqui. Mais uma vez, fizeram melhor: conseguiram comprimi-la dentro de uma imagem e de uma frase.

7 – Um lugar melhor: de qualquer modo, um sonho, um desejo (uma certeza para quem tem fé). Quase sempre, este desejo de um mundo melhor toma a forma de narrativas contra-factuais — a uchronia⁹, que está no tempo como a utopia está no espaço: teremos um mundo melhor se Aqueles com quem sou mais familiar são as uchronias revolucionárias: teríamos um mundo melhor, se em 1921 tivéssemos feito a revolução depois da ocupação das fábricas... se tivéssemos resistido no oito de setembro... se não tivéssemos feito suspender aquela determinada guerra... (PORTELLI, 1991). Mas é uma uchronia também a narração contra-factual sobre as Fossas Ardeatinas: não teria havido o massacre se os *partigianos* tivessem se apresentado Em cada situação, a narração ucrônica contra-factual imagina uma curva ausente, ou uma curva errada, no curso da história, e implicitamente exprime um juízo de conduta ou desilusão sobre a história real, sobre o mundo como foi e como é, e nos faz entender com aqueles pensamentos, com aquelas visões e

⁹ N.T. Uchronia, termo que significa ausência ou erro de cronologia, ou um tempo ao qual nunca se chegou.

sonhos de mundo possíveis, como as pessoas com quem falamos vivenciaram o tempo de suas vidas e da história.

Gostaria de concluir, então, com a uchronia suprema, a mais global e a mais significativa que escutei. Era uma manifestação sindical em Roma, no ano de 1985: eu seguia um grupo de anciãos ex-operários de fábricas de tecido vindos de Terni. Em certo ponto, perguntei a eles se eram religiosos. Uma delas, Diana, responde: “Não; se quisermos acreditar em qualquer coisa, acreditamos. Porém, gostaríamos que isto fossem as coisas justas. Cada um é religioso a seu modo. Cabe dizer àquele pobre Cristo, que o enforcaram.” E sua amiga, que tem um nome forte, Maddalena, conclui com a rapidíssima visão proletária de uma possível história sagrada, feita de mães e não de pais: “Eu se fosse Deus,” diz, “se fosse o pai, não o enforcaria sobre a cruz.” (PORTELLI, 1985).

REFERÊNCIAS

ARCIDIACONO Micaela, *et al.* *L'aeroplano e le stelle*. Storia orale di una realtà studentesca. Roma: Manifestolibri, 1994.

BOSIO, Gianni. “Fonti orali e storiografia,” in: *L'intellettuale rovesciato*. Milano: Edizioni Bela Ciao, 1975, pp. 263-68.

DUNAWAY David e BAUM Willa K.. *Oral History*. An Interdisciplinary Anthology. 2ª ed., Altamira Press (Walnut Creek – London), 1996.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

ONG, Walter J.. *Orality and Literacy*. The Technologizing of the Word. London and New York: Methuen, 1982, pp. 10-15.

PORTELLI, Alessandro. *L'ordine è già stato eseguito*. Roma, le Fosse Ardeatine, la memoria. Roma, Ed.: Donzelli, 1999.

_____. “C'è um posto migliore. Musica e testimonianza in una chiesa di Harlan, Kentucky”, *Acoma*, 14, estate autunno 1998, pp. 57-63

_____. “C'è sempre un confine: memoria storia, dialogo e racconto coletivo,” in *La linea del colore. Saggi sulla cultura afroamericana*. Roma: Manifestolibri, 1994. pp. 41-56.

_____. “Uchronic Dreams: Working-Class Memory and Possible Worlds”. In: *The Death of Luigi Trastulli*, 1991, State University of New York Press, 1991, p.p. 99-116.

_____. *Biografia di una città. Storia e racconto: Terni 1831-1985*. Torino, Ed.: Einaudi, 1985.

THOMPSON, Robert Perks Alistair. *The Oral Reader*. London: Rutledge, 1988.

THOMPSON, Paul. *The voice of the past: Oral History*. London: Oxford University Press, 1988.